

# Uma visão do atual "populismo" latino-americano, a partir das perspectivas do Movimento Indígena\*

Félix Pablo Friggeri\*\*

## **Resumo:**

Neste artigo, apresento uma análise do fenômeno dos governos latino-americanos definidos como "populistas", a partir da possibilidade de harmonização de suas políticas com as propostas práticas e teóricas do Movimento Indígena. A princípio, aceito esta classificação de "populistas" de forma basicamente positiva, pois os conecta com uma tradição democrática própria da América Latina e com a atual possibilidade de seu aprofundamento. Analiso também alguns elementos desta tradição e sua recente resignificação.

**Palavras-chave:** Democracia latino-americana. Movimento Indígena. Populismo.

## A vision of the current Latin American "populism" from the perspective of the Indigenous Movement

## **Abstract:**

In this article I present an analysis of the Latin American governments defined as "populist" by examining the possibility of harmonizing their policies with the practical proposals and theories of the Indigenous Movement. In principle I accept the classification of "populist" in a basically positive form because it connects these governments with a native Latin American democratic tradition and with the current possibility of its deepening. I also analyze some elements of this tradition and its recent change in meaning.

**Keywords:** Latin American democracy. Indigenous Movement. Populism.

## **Introdução**

A emergência do movimento indígena na América Latina, como um sujeito político chave de uma proposta contra-hegemônica ao neoliberalismo, enriqueceu

---

\* Este trabalho está relacionado à minha tese de doutorado em Ciências Sociais: "Cuestionamientos y aportes del Movimiento Indígena a la democracia latinoamericana" defendida na Universidad Nacional de Entre Ríos.

\*\* Doutor em Ciências Sociais (UNER) e Pós-doutorado em Marx (CEA-UNC). Professor de Teoria Social e do Estado e Sociologia das Organizações na Universidad Autónoma de Entre Ríos (UADER). End. Eletrônico: ffriggeri@yahoo.com.ar

com conteúdos mult centenariamente ignorados e desprezados, a nossas democracias filhas de esquemas liberais exóticos, apresentados como indiscutíveis e indispensáveis para a sua própria autenticidade.

De qualquer maneira, o grau de concretização destes conteúdos abordados depende, entre outras coisas, da permeabilidade dos governos e movimentos políticos com acesso às atuais decisões políticas institucionais.

Na América Latina, em diferentes situações, surgiu e se manteve o fenômeno de um coletivo de governos e movimentos políticos que se definiram como contrários ao neoliberalismo e que, por isso, foram rotulados “populistas”. Apesar de algumas linhas de continuidade com o velho populismo latino-americano, esses movimentos apresentam importantes reconfigurações em sua prática e conteúdos.

Este trabalho apresenta uma análise delimitada dessa atual caracterização e da capacidade dessa nova postura política para a integração das propostas indígenas à política latino-americana.

Começo com uma apresentação das características atuais do populismo na América Latina e esboço a construção do conceito que permitiria sua articulação com o Movimento Indígena. Finalmente, analiso alguns elementos especialmente complexos dessa temática.

## **1. A articulação com um projeto populista**

Pode-se observar que os governos latinoamericanos que desenvolvem uma política indígena com elementos positivos (maiores ou menores, mais coerentes ou com fortes ambiguidades) são identificados ou acusados de “governos populistas”, por muitos comentaristas políticos e por uma parte da reflexão acadêmica.

Chama a atenção o fato de a maioria destes governos encontrarem seu apoio fundamental na base social mais pobre da população, mas serem taxados de antidemocráticos por aqueles comentaristas e analistas acadêmicos.

Portanto, parece adequado abordar este tema a partir da perspectiva de que boa parte das propostas políticas do Movimento Indígena pode e deve enriquecer o caminho de autenticação e aprofundamento da democracia latino-americana, considerando que há uma importante coincidência entre suas propostas e elementos do estilo político atualmente denominado populista. Revalorizar e resgatar este aporte é extremamente importante para o pensamento acadêmico nas Ciências Sociais latino-americanas.

Ao analisar o conceito de populismo na produção teórica já realizada, depara-se com uma variedade de conceitualizações e caracterizações que apresentam elementos importantes, mas também bastante confusão ao âmbito acadêmico e

político. Como critérios básicos para seu tratamento, considerarei a restrição do tema ao âmbito latino-americano, o enlaçamento do conceito com o processo de contestação ao neoliberalismo, e, sobre isto, apresentarei uma conceituação que considere o populismo das suas formas de procedimentos ao seu conteúdo e materialidade.

Isto implica descartar, inicialmente, alguns abusos do termo, como o que pretendia localizar no populismo a prática dos dirigentes políticos que se ocuparam de implementar um neoliberalismo selvagem em América Latina.

Como postura política, o populismo tem sido atacado por todos os conservadores-liberais, com uma espécie de racismo científico-político interessado em legitimar um capitalismo soberbo e selvagem: “Não é por acaso que um dos alvos das críticas dos defensores do status quo sempre foram de populismo, já que o que eles mais temem é a politização das demandas sociais” (Laclau, 2006b: 58). Mas é atacado também por boa parte da esquerda, devido à sua compatibilidade com certos tipos de capitalismo e porque disputam a mesma “clientela” política. Vilas fala de uma “certa ironia”, pela qual, “Enquanto a crítica marxista geralmente à esquerda enfatiza o caráter burguês do populismo, a crítica liberal e neoliberal insiste em apresentá-lo como um caso do socialismo crioulo” (1997: 152). Considerando que o populismo já foi suficientemente criticado, busquemos aprofundar a análise necessária para entendê-lo justamente.

Apresentarei, seletivamente, um conceito que permita relacioná-lo com os conteúdos políticos do atual Movimento Indígena e, também, com as carências de nossas democracias.

Inicialmente, apresento o elemento constitutivo do populismo chamado “a centralidade do povo”, como uma característica fundamental para a conceitualização do populismo, pois apresenta elementos de continuidade com os conteúdos do populismo clássico, mas também temas que se modificaram.

A noção de povo definiu-se, muitas vezes, de forma unívoca. Isto mudou, principalmente após o processo destruturador do neoliberalismo e a contínua pressão em direção ao individualismo da globalização, mas a invocação central ao povo aparece naqueles lugares onde o Movimento Indígena assumiu um protagonismo político importante. São os casos da Bolívia e do Equador, onde se desenvolve outro tipo de dimensão coletiva, com outras características, e onde a identidade ocupa um lugar fundamental – ainda que diferente do que ocupou nos anos 1930-50.

Esta conjunção de povo e identidade aparece ressignificada com o protagonismo indígena, mais claramente onde o papel político do movimento indígena adquiriu importância, diferentemente dos países latino-americanos que estão vivendo experiências políticas populistas. Contudo, existem elementos desta

reconstrução identitária que são materiais e com um potencial interessante para os processos desses outros países.

Este novo tipo de dimensão coletiva muitas vezes foi qualificada de “multidão”, para suplantar o valor unívoco do povo. Porém, fala-se também em “sujeito político”. Casullo apresenta considerações que podem servir como ponto de partida para a análise desses conceitos sobre o protagonismo do Movimento Indígena e as necessidades de aprofundação da democracia:

A dimensão democrática capitalista seria hoje uma experiência de política que interioriza individual e coletivamente uma consciência social generalizada de “possibilidades” inéditas, embora cada vez mais fora da política, entendida esta última como mediação inadequada, anacrônica, limitante. Isto sugere um sujeito político em nascimento, que se corporifica sob a noção - teoricamente antecipada - de multidão. Sujeito que moldaria na situação de êxodo em relação às políticas clássicas de massas e às suas referências de identidade e sustentação histórica moderna: êxodo de uma pertença aos povos-nação, êxodo da antiga jurisprudência da soberania popular, êxodo de projeto de classe ou nacional, êxodo da esfera política institucional, da ocupação do estado. O que expõe a multidão como figura coletiva sem forma específica (pela primeira vez desde 1789, sem dúvida) é um tempo sem práxis ou teorização ainda que sobre seu imaginário político de revolta, mudança ou progressista (Casullo, 2002: 04).

Horacio González afirma que, no peronismo anterior a 1980, “não há sujeito político sem que haja o povo, ou seja, o sujeito afirmado em sua forma implícita, sem necessidade de convertê-lo em problema” (2004: 02). Na realidade atual tem-se problematizado o tema do sujeito político, mas seu “êxodo” relaciona-se ao conceito de “povo-nação” e não ao de povo em si.

Ao falar de povo, aproximo-me da definição de Dussel: “pueblo (que vindo da plebe tem algo depreciativo ou vulgar) já tem um significado ético-político; ele é o tema sociopolítico de libertação; é, por um lado, a multidão ou a totalidade da população como um todo, mas, em sua essência, são as classes oprimidas, que, sendo a maioria são negadas pelos dominadores” (Dussel, 1980: 77).

O segundo aspecto é a ligação da política populista com a presença de lideranças determinantes. Geralmente associa-se este tema a uma tendência autoritária que se pretende contrária ao regime democrático.

Laclau diz que “todo populismo” está exposto ao perigo de “uma tensão entre o momento da participação popular e o momento do líder” (Laclau, 2006b: 60).

Raby reconhece uma série de virtudes nas lideranças populistas: afirma que a participação popular é estimulada por essas lideranças porque fornecem “uma

orientação comum (...) de maneira sustentada e decisiva” e que os processos revolucionários crescem em rapidez e profundidade, evitando a divisão e a confusão que dão “uma direção ao processo”, mas a base deste é “uma relação dialética entre o povo, uma sintonia que se alimenta mutuamente e à qual os dois elementos são indispensáveis”. Além disso, através das ações do líder, o povo “encontrou uma identidade coletiva e se constituiu como sujeito político” (Raby, 2006: 60-61). A autora destaca alguns elementos pontuais da conformação do discurso populista neste tipo de liderança:

1) que é um “comunicar-se com o povo de tal maneira que sintam que está expresando seus sentimentos e pensamentos mais íntimos”;

2) que é “um proceso de diálogo com o povo”, pelo qual “o dirigente vai assimilando a vontade popular, a vontade geral de Rousseau<sup>1</sup>, e o leva a expressar na forma mais coerente e com mais força”;

3) que este “diálogo implícito” constitui um “processo recíproco que contribui poderosamente para a formação de uma identidade coletiva entre todos os participantes”;

4) destaca que “deve-se considerar que os mais autênticos líderes populistas não limitam sua interação com o povo às manifestações de massa ou aos programas de rádio ou televisivos, mas que conversam regularmente com trabalhadores individuais ou grupos pequenos em diálogos pessoais”. Por isto, afirma que “se trata de um diálogo autêntico” e que este processo de diálogo “contribui tanto para a formação da identidade coletiva entre os participantes como para a evolução ideológica e formação pessoal do líder”;

5) Ainda que “a atuação e o discurso do líder contribuam decisivamente para a constituição do povo como sujeito coletivo, a conversão de uma massa atomizada de trabalhadores, camponeses e gente pobre e marginalizada em uma força organizada” é fundamental considerar que “a receptividade depende sobretudo da predisposição do público para um discurso específico, ou seja, da consciência latente e preexistente das classes populares às quais se dirige o líder”. Isto é reforçado com a afirmação de que “na maioria dos casos o povo já se encontra bastante mobilizado e tem uma consciência coletiva latente, e só carece de uma liderança eficaz para se converter em uma força revolucionária” (Raby: 68-71).

Panizza distingue a liderança “populista” de Evo Morales dos populismos clássicos, afirmando que:

---

<sup>1</sup>Tenho minhas reservas à alusão de Raby à “vontade geral” de Rousseau.

A relação entre Evo Morales e os movimentos populares que sustentam sua Presidência nos mostra como os líderes populistas, longe de serem modernos governantes absolutos que reinam sobre um povo homogêneo, muitas vezes são bricoleurs enfrentando a interminável tarefa de reconstituir a unidade do povo fragmentado étnica e socialmente, e que mantém margens de autonomia organizacional mais elevadas que no populismo clássico. A dimensão desta tarefa é marcada no caso de Morales pela natureza do MAS como um partido com uma forte cultura de movimentos de base, que condiciona e restringe a capacidade do líder para controlar a recepção de seu próprio discurso (Panizza, 2008: 92).

Há, então, uma tendência persistente de relacionar os movimentos populistas com a presença de um líder que, de certa forma, condensa o conteúdo chave de uma proposta que vem sido entendida pelas maiorias populares como claramente representativa de seus anseios. Há também a aproximação dessas lideranças com a tentação de uma atitude paternalista e patrimonialista. Isto é algo que não se pode ignorar, mas parece haver mais “anticorpos” nos atuais movimentos sociais latino-americanos, alertas contra este perigo, e mais consciência dos líderes quanto à sua incompatibilidade com uma popularidade perdurável. Por outro lado, parece que uma necessidade simbólica, como característica de nossos povos, colabora com certa personalização unificadora (algo como uma “personalidade corporativa”) que, de certa forma, acelera os processos de consenso necessários para implementar mudanças determinantes na configuração política de nossos estados. De todas as formas, a durabilidade dos conteúdos destas mudanças só poderá se consolidar caso transcenda esta dimensão. O processo do PT no Brasil pode ser interessante neste sentido.

Um terceiro aspecto a se considerar é o seu chamado “caráter plebeu”. Dentro deste conceito unificador e centralizador de “povo”, opera outro conceito unificador e centralizador que é o de “pobre”. É importante destacar que o significado do ator coletivo não pode ser utilizado contra seus próprios interesses, que é a grande tentação do populismo. Laclau deixa claro que “construir o povo como ator coletivo significa apelar aos ‘de baixo’, em uma oposição frontal com o regime existente” (2006b: 56-57).

Seria a alteridade do pobre na América Latina que o capacita a propor algo diferente, a riqueza do pobre é a primeira a ser considerada nessa proposição:

...o outro tem sua própria positividade metafísica; transontológica; tem sua cultura, sua vida social, sua língua, sua religiosidade, suas opções políticas, sua memória histórica, sua realidade além do horizonte da ordem, seu projeto e leis, suas instituições e Estado. O outro é o momento analítico (“além” do logos) e que se move como provocação, rebelião. A outra é a América Latina como exterioridade periférica; é a nação dependente e neocolonial como alteridade política;

é classe de marginal, oprimida ou subalterna mas positivamente “para-si” fora da ordem social dominante (Dussel, 1980: 74).

Cancino também especifica que, para o caso de Evo, “O núcleo central do povo-sujeito de Evo Morales são os povos indígenas da Bolívia oprimidos durante a colonização espanhola e excluídos e marginalizados do Estado Nacional, do poder e da cultura desde a independência da Espanha” (Cancino, 2007: 47-48). É necessário esclarecer também que, contrariamente à associação do pobre somente às suas carências como um chamado à justiça, nesse “novo populismo” há uma outra tendência, com raízes em manifestações antigas, de forte valorização das “riquezas do pobre”: seu caudal de sabedoria, sua relação imediata com uma identidade mais arraigada a si própria, seu potencial epistêmico. Isto é importante para uma compreensão mais completa do potencial que o conceito de pobre dá ao conceito de povo.

O quarto elemento a considerar é o papel do opositor como centralizador dos fenômenos populistas. Deve-se reconhecer que a eleição de opositores nas tendências populistas latino-americanas tem sido bastante certeiras: a oligarquia como oposição ao povo na primeira metade do século; o imperialismo como oposição ao nacionalismo; e, nesta nova versão, o neoliberalismo.

A identificação do neoliberalismo como inimigo, a decisão e a capacidade para enfrentá-lo na América Latina, indica importante potencialidade de visão e capacidade organizativa desta política que forjou numa nova corrente “populista”. Além disso, com a honrosa exceção de parte do mundo islâmico, quase todo o mundo segue submerso na mentira neoliberal.

Laclau pergunta quando começa esta identificação: “Qual foi o momento ideológico dos ‘povos’ constituídos por esse populismo, e qual o horizonte que determinou a identidade do inimigo? A dicotomia ocorreu através de uma divisão antagônica entre liberalismo e democracia”.

Logo mostra a articulação entre estes dois termos, na América Latina:

(...) nunca ocorreu plenamente. As oligarquias liberais foram cada vez mais incapazes de absorver institucionalmente as exigências democráticas das massas. Portanto, se o liberalismo se apresentava como o horizonte que dava unidade para o acampamento oligárquico, os símbolos democrático-populares deviam estar presentes como formalmente antiliberais. Isto criou uma permanente. Isto criou um divisor de águas permanente na experiência latino-americana entre a tradição liberal e a tradição popular nacional (Laclau, 2006<sup>a</sup>: 117-118).

Laclau também afirma que foram “regimes antiliberais” os que “encarnaram este momento democrático dissociado da articulação liberal”. A partir de

então, ocorreram dois momentos-chave: as ditaduras militares e a implantação do neoliberalismo por meio de governos eleitos. A releitura da memória coletiva possibilita parcialmente a ressignificação de um populismo capaz de enfrentá-los.

O quinto aspecto a ser analisado é a dimensão de seu caráter capitalista. Como naqueles populismos clássicos, nestes tampouco se rompe totalmente com o capitalismo, ainda que a bandeira de enfrentar sua versão neoliberal seja uma proposta comum, principalmente onde os povos indígenas ocupam um lugar especial.

Laclau avalia que: “O fracasso do projeto neoliberal no final dos anos 1990 e a necessidade de elaborar políticas mais pragmáticas, que combinaram os mecanismos de mercado com graus maiores de regulação estatal e de participação social, conduziram a regimes mais representativos e ao que se costuma chamar de guinada geral de centro-esquerda” (Laclau, 2006b: 59-60).

Naquele populismo enquadrado em um capitalismo moderado, a relação entre democracia e neoliberalismo deixou mais nítidas as contradições produzidas pela tentativa de impulsar conjuntamente a democracia e o capitalismo, como os Estados Unidos fazem. Laclau afirma claramente que: “se há um perigo para a democracia latinoamericana, vem do neoliberalismo e não do populismo” (2006b: 61). O projeto destes populismos segue o sentido de “instaurar democracias radicais que combinam o melhor da democracia liberal com expressões institucionalizadas de poder popular independente do Estado” (Cancino, 2007: 50). Um estilo político capaz de perceber isto e que aprenda a caminhar com decisão e astúcia, sem sacrificar a democracia pelos mandatos do capitalismo, é um desafio do qual o Movimento Indígena está participando.

## **2. Algumas questões complicadas**

A primeira questão é a possibilidade de realização deste tipo de projeto dentro ou fora da atual institucionalidade.

Laclau diz que:

... a ruptura populista (...) implica, de uma forma ou outra, que os canais institucionais existentes para a veiculação das demandas Sociais tenham perdido sua eficácia e legitimidade, e que a nova configuração hegemônica –o novo “bloco histórico”, para se usar a expressão gramsciana- represente uma mudança de regime e uma reestruturação do espaço público (Laclau, 2006b: 57).

Laclau relaciona esta perda com a implantação do neoliberalismo em América Latina, através das ditaduras e da onda dos governos eleitos que optaram por esta política. Não se deve esquecer que a “exclusão social” foi “promovida



institucionalmente” como “variável de ajuste do novo esquema de acumulação” (Vilas, 1997: 159). Por isso, na proposta destes governos está “a construção de uma nova institucionalidade, de uma refundação republicana que leve consigo a criação de formas de poder popular e cidadão” (Cancino, 2007: 47).

A centralidade da “ruptura da institucionalidade vigente” é remarcada por Sebastián Barros em sua definição de populismo: “o populismo seria uma forma específica de ruptura da institucionalidade vigente por meio de um conflito pela inclusão de uma parte sem representação dentro dessa institucionalidade” (Barros, 2006:153).

O tema da “refundação”, demonizado hoje por analistas e propagandistas aderidos ao neoliberalismo, é um tema que De Ípola-Portantiero revalorizam:

O plano em que o discurso da crise Social e o discurso da democracia se articulam é, precisamente, esse: o desenho de uma refundação que mantenha a hipótese da descentralização, que não resuma a ordem futura a algum princípio único, anterior e independente das relações Sociais; constituinte mas não constituído (Ípola-Portiero, 1984: 15).

Laclau avalia como a conformação das instituições políticas latino-americanas ocorreram, a partir de um liberalismo oligárquico. É um sistema político que vem pensado totalmente de fora, aceitado alegremente –por parte da oligarquia– como uma imposição neocolonial (Dussel, 1980: 50-51).

Para se entender a necessidade de recorrer a formas extra-institucionais na luta contra o neoliberalismo, dois elementos devem ser considerados. Existe uma memória popular de que o populismo contribuiu com o pouco de respostas dadas às demandas populares, pelas políticas latino-americanas. Então, como Vilas y Aboy Carlés, resgata-se a idéia de que “a tradição populista constitui uma das principais tradições democráticas da região –tradição que vem se firmando à custa do liberalismo- e portanto em tensão com a estabilização de uma democracia liberal” (Aboy, 2005: 129). Por outro lado, há a permanência do caráter liberal-oligárquico, reciclado pelas experiências neoliberais, que algumas experiências populistas não puderam (ou não quiseram) apagar, além de uma destruição sistemática dos conteúdos populares que essas experiências conseguiram implantar.

Subscrevendo Casullo, pode-se afirmar que “o dilema seria: a clássica política democrática atenta contra a sociedade democrática e suas potencialidades” (2002: 5). Trataria-se então de fazer “política democrática” radicalmente ressignificada, o que implicaria mover-se nas margens (ou nas antípodas) desta institucionalidade democrática.

Uma segunda questão é a relação do nacionalismo próprio dos populismos com as demandas por autonomia, expressas no projeto indígena.

O fato de que a construção dos Estados-Nação latino-americanos teve enormes doses de genocídio e etnocídio de povos indígenas, é um dos temas que permite o entendimento do “nacional”, desde sua origem. Como diz Dussell (1980:70), “a totalidade da nação, como Estado dependente, se divide e exclui o pobre, os que não possuem as possibilidades para cumprir o projeto vigente do Estado nacional”. Dussell nos dá a chave, ao falar de “Estado dependente”, já que as ações contra os povos indígenas foram feitas principalmente pelas elites ligadas ao capitalismo internacional e nunca por interesses nacionais genuínos. Frente a este Estado-Nação, o Movimento Indígena vêm levantando a bandeira da autonomia territorial indígena.

O populismo clássico representou “um projeto político de condução da sociedade através do Estado” (Vilas, 1988: 328), e não mudou radicalmente o tipo de Estado capitalista que encontrou ao assumir o poder. Ocupou este Estado a partir de uma tendência nacionalista que, se “no capitalismo avançado foi um dos componentes da ideologia fascista, no terceiro mundo é um ingrediente das lutas anti-imperialistas e anticolonialistas” (Id: 124). Cancino acrescenta o elemento da “soberania nacional”: “ou seja, o direito inalienável de decidir sobre o seu sistema político e seus recursos naturais e ecológicos, contra as transnacionais globais, a política ditada pelas instituições e os governos dos Estado hegemônicos do mundo globalizado” (Cancino, 2007: 46-47).

A terceira questão é a possível dicotomia entre o forte papel do Estado no populismo e a considerada “tendência anarquista” no projeto do Movimento Indígena.

A pergunta seria a possibilidade de harmonizar a idéia de um Estado social e economicamente ativo, frente a uma ancestral, arraigada e ressignificada tendência assembleística no Movimento Indígena, que reclama um processo decisório de abaixo para acima -associado, por alguns autores, ao ideário anarquista. A experiência dos Caracóis zapatistas, com suas Juntas de Bom Governo e sua dinâmica de ida e volta para a tomada de decisões, é um elemento importante para analisar a viabilidade desta idéia.

Nessa problemática, encontra-se a idéia dos dois momentos do populismo: um nacional-popular de “ruptura”, e outro nacional-estatal de “sutura”. A característica deste segundo momento é que “organiza a comunidade de cima para baixo” (Abo, 2001: 21-22).

É provável que algumas chaves desta problemática estejam na conjunção de um processo que institucionalize uma dinâmica participativa na prática democrática, e que encontre os procedimentos e os executores que assegurem um tipo de representatividade mais próximo aos mandatos populares que aos acordos de cúpula.

A quarta questão é se os populismos podem ser portadores de um caráter revolucionário. Um dos temas polêmicos é a negação que permeia boa parte da análise científico-social sobre o caráter revolucionário dos populismos latino-americanos.

Para Raby “o populismo autêntico é (...) potencialmente revolucionário, primeiro porque surge em uma situação de crise hegemônica, e segundo porque sua própria dinâmica de massiva mobilização popular por fora de todos os partidos e instituições existentes aprofunda as crises de representação”. Para esclarecer logo esta afirmação, acrescenta que: “a reivindicação da soberania popular implica favorecer à formação de estruturas de poder popular, e a menos que a cúpula do movimento seja capaz de limitar a mobilização popular e canalizar em estruturas corporativo-burguesas (como ocorreu com o peronismo), a dinâmica do poder popular é tendencialmente socialista” (Raby, 2006: 68).

Um índice claro desta potencialidade viria da identificação de seus oponentes: “Seu caráter de ruptura radical explica as reações internas e a luz vermelha dos EE.UU.” (Cancino, 2007: 49). Vilas afirma que “a nova retórica de alguns definidores da política externa estadunidense” coloca “as novas propostas nacional-populares em um lugar muito parecido ao que ocupou a ameaça comunista todo o período da Guerra Fria” e que “nessa retórica o ‘populismo racial’ integra hoje o conjunto de regimes sob suspeita do mundo dos negócios globais e das vertentes mais ideologizadas do sistema político estadunidense” (2005: 96).

Carrizo também afirma:

Isto explica que algumas das críticas mais virulentas aos processos políticos acusados de populistas expressam o repúdio à reparição desses sujeitos que deveriam permanecer invisíveis, fora da política e confinados, como em “os bons e velhos tempos”, à absoluta subalternidade. O que antes, em outra etapa da história, levava o nome de fantasma do comunismo subversivo, converteu-se, agora, em outra forma espectral chamada populismo (Carrizo, 2009: 318).

A quinta questão é a qualificação de “irracionalidade” do populismo e o desafio que isto representa para as Ciências Sociais.

Desde os tempos da Psicologia de Massas, o fenômeno populista foi associado à irracionalidade política<sup>2</sup>, sem falar de todas as referências ao mundo indígena. A “racionalidade política” sempre foi associada ao liberalismo e, no século XX, firmemente associada à democracia liberal.

---

<sup>2</sup>Laclau diz que para “grande parte da literatura sobre o populismo... a imagem de agentes sociais cujas identidades se constituem em torno de símbolos populistas difusos só pode ser uma expressão de irracionalidade” (2005: 26).

Em geral, a reflexão acadêmica latino-americana seguiu este caminho –denominado “a via Germani”– e muitas vezes tentou justificá-lo e legitimá-lo. A partir de parâmetros também “ocidentalistas”, a crítica proveniente da esquerda não superou claramente esta catalogação do populismo e do indígena, apesar de haverem tentativas sérias nesse sentido.

Se “irracionalidade” significa pensar as Ciências Sociais a partir de outra racionalidade, originariamente americana, então se deve concordar com Dussel (1980: 106), ao afirmar que “A filosofia política na América Latina deve saber partir de nossa experiência política, tão rica, ainda que contraditória”. Esse deve ser o fundamento chave para a racionalidade indígena repensar as políticas latino-americanas e as Ciências Sociais.

### **Uma conclusão do tema**

Defino assim, seletivamente, um populismo que conserva a centralidade do povo como referência. Porém, não entendido univocamente, mas a partir da sua riqueza heterogênea e sobretudo multicultural, centrado em um protagonismo ativo dos pobres como sujeitos-chave do pensar e atuar políticos, com uma centralidade do indígena como raiz da autenticidade e potencialidade revolucionária. Um populismo que, nesta linha, pode aprofundar o caminho autenticamente democrático de um autogoverno do povo. Um populismo que afirme um nacionalismo intercultural e anti-imperialista. Um populismo que, oposto ao neoliberalismo, busque com realismo propostas de superação da infecção desigualitária com que o capitalismo contaminou nossas democracias. Podemos superar esse caráter de “essencialmente ambíguo” que Weffort (1998: 136) atribui ao populismo, concordando com Raby sobre “a tradição populista latino-americana, que era nacionalista, antioligárquica e potencialmente revolucionária” (Raby, 2006: 63).

Existem, na América Latina, projetos populistas deste tipo? É arriscado afirmar, mas pode-se dizer que onde o Movimento Indígena foi claramente protagonista, como no Equador<sup>3</sup> e, sobretudo, na Bolívia, há uma proximidade maior com este tipo de política. Com as devidas diferenças, observa-se algo semelhante na Venezuela, e talvez em setores governamentais do Brasil e do Paraguai. Porém, os governos da Venezuela e de Cuba são os que estão apoiando mais claramente as iniciativas do Movimento Indígena na Bolívia e Equador.

---

<sup>3</sup>Lembro que estou falando de “projetos políticos” e não me refiro ao caso do governo de Correa que tem alguns destes elementos mas muitos componentes contraditórios.

Assim me dizia Fausto Vargas, responsável de educação da CONAIE (Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador):

E também com os governos dos países irmãos que têm visto com bons olhos os movimentos indígenas do Equador. Temos Cuba que está dando a mão à juventude para que vá se formar, Venezuela igual, juventude que vai se formar no nível acadêmico, no nível superior e assim esperamos que outros países irmãos também nos estendam a mão (Entrevista).

É tudo o que me animo a dizer. O resto é um desafio. Talvez o futuro de nossa democracia latino-americana dependa da articulação entre as intuições fundamentais deste populismo e uma forma democrática renovada, a partir da participação popular. Creio que uma série de elementos dessa articulação encontra-se no projeto democrático do Movimento Indígena.

A dimensão deste trabalho não permite tratar os aspectos práticos da implementação destes aportes. Permitiu, entretanto, deixar insinuado em quê consistem e a sua relação com uma democracia participativa, necessariamente protagonizada pelos mais pobres.

## **Bibliografía**

ABOY CARLÉS, Gerardo (2005). Populismo y democracia en la Argentina contemporánea. Entre el hegemonismo y la refundación. *Estudios Sociales*. Santa Fe: Año XIV, n. 28, p. 125-149.

\_\_\_\_\_ (2001). *Repensando el populismo*. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/AboyCarlesGerardo.pdf>. 28-01-2011.

BARROS, Sebastián (2006). Espectralidad e inestabilidad institucional. Acerca de la ruptura populista. *Estudios Sociales*, Santa Fe. V. XVI, n. 30, p. 145-162.

CANCINO, Hugo (2007). La izquierda latinoamericana en tiempos de globalización, 1990-2007. Segunda parte. *Sociedad y discurso*, Aalborg, n. 11, p. 34-52.

CARRIZO, Gabriel (2009). Ruptura populista y política en América Latina. Bolivia en tiempos de Evo Morales. *Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*, Madrid, n. 22, p. 317-331.

CASULLO, Nicolás (2002). Las tribulaciones de un joven sujeto político. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 35.

DE ÍPOLA, Emilio – PORTANTIERO, Juan C. 1984. Crisis social y pacto democrático. *Punto de Vista*, Buenos Aires, n. 21, p. 13-20.

- DUSSEL, Enrique (1980). *Filosofía ética latinoamericana IV. La política latinoamericana (Antropológica III)*. Bogotá: Universidad Santo Tomás.
- GONZÁLEZ, Horacio et al (2004). ¿Qué es una política cultural y cuál es su relación con la política? *Argumentos*, Buenos Aires, n. 4.
- LACLAU, Ernesto (2006a). Consideraciones sobre el populismo latinoamericano. *Cuadernos del Cendes*, Caracas, v. 23, n. 62, p. 115-120.
- \_\_\_\_\_ (2006b). La deriva populista y la centroizquierda latinoamericana. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 205, p. 56-61.
- \_\_\_\_\_ (2005). *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- PANIZZA, Francisco (2008). Fisuras entre Populismo y Democracia en América Latina. *Stockholm Review of Latin American Studies*, Estocolmo, n. 3, p. 81-93.
- RABY, Diane (2006). El liderazgo carismático en los movimientos populares y revolucionarios. *Cuadernos del CENDES*, Caracas, Año 23, n. 62, p. 59-72.
- VARGAS, Fausto (2009). Entrevista realizada por el autor en enero de 2009 en la sede de la CONAIE en Quito.
- VILAS, Carlos (1988). El populismo latinoamericano: un enfoque estructural. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 28, n 111, p. 323-352.
- \_\_\_\_\_ (2005). La izquierda latinoamericana y el surgimiento de regímenes nacional-populares. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 197, p. 84-99.
- WEFFORT, Francisco (1998). El populismo en la política brasileña. In MACKINNON, Moira; PETRONE, Maria. *Populismo y neopopulismo en América Latina*. Buenos Aires: Eudeba.